



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2019

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:

DATA DE REGISTRO NO MTE:

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:

NÚMERO DO PROCESSO:

DATA DO PROTOCOLO:

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE BLUMENAU, CNPJ n. 82.666.025/0001-93, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ VILSON DE OLIVEIRA;

E

ORGANIZACAO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE STA CATARINA, CNPJ n. 82.512.864/0001-57, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ VICENTE SUZIM;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de agosto de 2018 a 31 de julho de 2019 e a data-base da categoria em 1º de agosto.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional, dos empregados no comércio do plano da CNTC**, com abrangência territorial em **Apiúna/SC, Acurra/SC, Benedito Novo/SC, Blumenau/SC, Doutor Pedrinho/SC, Gaspar/SC, Indaial/SC, Pomerode/SC, Rio dos Cedros/SC, Rodeio/SC e Timbó/SC**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Os pisos salariais, a partir de 01 de agosto de 2018, para jornada de trabalho de 220 (duzentas e vinte) horas mensais, ficando estabelecido que quanto menor a jornada, proporcionalmente menor será o piso, serão os que seguem:

- a) **R\$ 1.290,00** (hum mil, duzentos e noventa reais) para ocupantes dos cargos de: auxiliar administrativo, auxiliar de cobrança, auxiliar de crediário, auxiliar de depósito, auxiliar de entrega, auxiliar de escritório, embalador, empacotador, faxineira, garagista, manobrista, *office-boy*, repositor de mercadorias, servente de limpeza e panfleteiro.
- b) **R\$ 1.290,00** (hum mil, duzentos e noventa reais) para ocupantes dos demais cargos nos primeiros 6 (seis) meses, passando a **R\$ 1.383,00** (hum mil, trezentos e oitenta e três reais) a partir do 7º (sétimo) mês de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: O(a) empregado(a) que comprovadamente tenha trabalhado no mesmo segmento do comércio, terá direito a receber o piso salarial no caso previsto na letra “b” do item acima, sem a necessidade de cumprir a carência de 6 (seis) meses, exceto se esta não tenha sido completamente cumprida, hipótese em que poderá haver, a critério da Cooperativa, a complementação do período remanescente.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Os salários dos integrantes da categoria laboral, independentemente das faixas salariais ou funções, serão corrigidos no mês de agosto de 2018, mediante a aplicação do percentual de **3,80%** (três vírgula oitenta por cento) sobre o valor do salário relativo ao mês de julho de 2018.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados admitidos a partir de agosto de 2017, poderá ser aplicada a seguinte proporcionalidade:

| MÊS DE ADMISSÃO | PERCENTUAL | FATOR DE CORREÇÃO |
|-----------------|------------|-------------------|
| Agosto/17 | 3,80 | 1,0380 |
| Setembro/17 | 3,48 | 1,0348 |
| Outubro/17 | 3,17 | 1,0317 |
| Novembro/17 | 2,85 | 1,0285 |
| Dezembro/17 | 2,53 | 1,0253 |

| | | |
|---------------------|-------------|---------------|
| Janeiro/18 | 2,22 | 1,0222 |
| Fevereiro/18 | 1,90 | 1,0190 |
| Março/18 | 1,58 | 1,0158 |
| Abril/18 | 1,27 | 1,0127 |
| Mai/18 | 0,95 | 1,0095 |
| Junho/18 | 0,63 | 1,0063 |
| Julho/18 | 0,32 | 1,0032 |

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderão ser compensadas as antecipações salariais espontaneamente concedidas no período compreendido entre 01/08/2017 e 31/07/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Com o pagamento do reajuste salarial previsto neste instrumento, as Cooperativas recebem do Sindicato Laboral, plena, geral e irrevogável quitação do período compreendido entre 01/08/2017 e 31/07/2018.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - QUEBRA DE CAIXA

É assegurado ao (à) empregado(a) que exercer permanentemente a função de caixa, gratificação de 30% (trinta por cento) do piso salarial, excluídos do cálculo, adicionais, acréscimos e vantagens pessoais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O previsto no *caput* desta cláusula, somente será devido se o (a) empregado(a) tenha assumido a quebra/diferença verificada, ficando ressalvado que as Cooperativas que não descontam ou deixar de descontá-la(s), não estarão obrigadas ao pagamento dessa gratificação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A conferência dos valores em caixa será realizada na presença do (a) operador(a) responsável. Quando este (a) for impedido (a) pela Cooperativa de acompanhar a conferência, ficará isento(a) de responsabilidade por qualquer erro verificado.

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Os comprovantes de pagamento mensais serão obrigatoriamente fornecidos ou disponibilizados pelas Cooperativas, devendo constar identificação e discriminação das parcelas pagas e descontadas, inclusive o valor dos recolhimentos ao FGTS.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO E NO TRCT

As Cooperativas estão autorizadas a efetuar descontos em folha de pagamento de seus empregados e no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, relativos à assistência médica e odontológica, seguro de vida em grupo, seguro - saúde, contribuições em prol de agremiações recreativas e culturais, auxílio educacional, compras na Cooperativa, planos de saúde, similares e outros, contudo, é assegurado aos empregados, o direito de oposição antecipada aos descontos.

CLÁUSULA OITAVA - CHEQUES DEVOLVIDOS E CARTÕES DE CRÉDITO IRREGULARES

Poderão ser descontados dos salários, os valores referentes a cheques devolvidos e cartões de crédito, recebidos pelos empregados na função de caixa, fiscal de caixa ou assemelhado, quando não forem cumpridas as normas da Cooperativa a esse respeito, que deverão ser estabelecidas previamente e por escrito.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA NONA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

Será concedida antecipação de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário por ocasião das férias do(a) empregado(a), desde que requerido, por escrito, durante o mês de janeiro de cada ano.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA - INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Os empregados que tenham mais de 10 (dez) anos contínuos de serviço na mesma Cooperativa e contem com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade, na demissão sem justa causa, terão direito a uma indenização especial, paga de uma única vez, equivalente ao salário de 30 (trinta) dias, preservado o aviso prévio legal.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO CRECHE

A empregada que comprovar ter sob sua guarda filho com idade de até 6 (seis) anos, limitado a 1 (um), terá garantido o reembolso do valor mensal gasto, mediante apresentação de recibo emitido por creche pública ou particular, ou ainda, por pessoa a

quem esteja sob cuidado a criança (parente ou não da empregada), a título de auxílio creche, limitado ao valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), observando-se o disposto no artigo 482 da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese do empregado comprovar ter a guarda judicial de filho com idade de até 6 (seis) anos, limitado a 1(um), fará jus ao previsto no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O benefício ora convencionado não se constituiu salário *in natura* ou indireto e não integrará a remuneração do(a) empregado(a) para quaisquer efeitos.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As rescisões contratuais, a partir do 1 (hum) ano de admissão, serão efetuadas perante o Sindicato Laboral mediante a apresentação dos seguintes documentos:

-] Atestado Demissional;
-] Carteira Profissional, devidamente anotada;
-] Comprovação do depósito da multa do FGTS e chave de conectividade, na hipótese de dispensa sem justa causa;
-] Comprovantes de pagamentos atinentes aos Sindicatos;
-] Comunicação de Dispensa ou de Pedido de Demissão, sendo que na hipótese de justa causa, deverá ser indicado o texto legal violado;
-] Extrato atualizado de FGTS;
-] Guias para Habilitação ao Seguro desemprego, na hipótese de dispensa sem justa causa;
-] As três últimas folhas de pagamento, na hipótese de dispensa sem justa causa ou quando devida a entrega das guias do seguro desemprego;
-] Termo de Rescisão Contratual em **6 (seis) vias**;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos municípios onde o Sindicato Laboral não tiver sede ou sub-sede, a assistência poderá ser obtida na sede ou sub-sede do município mais próximo ou em outro órgão competente, conforme determinação de Lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A assistência se concretiza com a homologação do TRCT, que além das exigências do *caput*, também ocorre mediante pagamento das verbas rescisórias com moeda corrente, cheque administrativo ou depósito na conta bancária (corrente/poupança) do(a) demissionário(a).

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de quitação das verbas rescisórias com depósito em conta bancária, não fica dispensada a obrigatoriedade de homologação do TRCT, que será no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da rescisão contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de os prazos previstos no parágrafo terceiro, não coincidirem com os dias de atendimento nas sub-sedes do Sindicato Laboral, a homologação poderá ser feita no próximo dia de atendimento, após o vencimento do prazo, mediante apresentação de comprovante de quitação através de depósito bancário, dentro do prazo de lei.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de o empregado não comparecer no prazo previsto no parágrafo terceiro, será protocolado no Sindicato Laboral uma via do documento rescisório, isentando a empresa das multas previstas, desde que comprove ter comunicado ao empregado por escrito, a data, horário e local para homologação do termo de rescisão do contrato de trabalho.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

A partir da ciência do aviso prévio trabalhado, independentemente de quem der causa à rescisão contratual, o(a) empregado(a) ficará dispensado(a) de seu cumprimento integral caso comprove a obtenção de novo emprego mediante apresentação de declaração da futura empregadora e que, concomitante a isto, já tenha cumprido ou venha a cumprir, no mínimo, 10 (dez) dias corridos de trabalho no transcurso do referido aviso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empregada, em seu retorno ao trabalho após o gozo integral da licença maternidade, ficará dispensada do cumprimento e pagamento do aviso prévio, caso comprove a indisponibilidade de creche em seu bairro para colocação de seu filho recém-nascido durante o horário de sua jornada de trabalho, mediante apresentação de declaração da Secretaria Municipal de Educação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não ocorrendo o cumprimento integral do previsto no *caput* desta cláusula, ou seja a entrega de declaração da futura empregadora e o labor em no mínimo 10 (dez) dias corridos, o(a) empregado(a) não estará dispensado do cumprimento do aviso prévio e o pagamento e homologação das verbas rescisórias será realizado no trigésimo primeiro dia, nos termos do artigo 477, § 6º, alínea “a”, da CLT.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MONITORAMENTO ELETRÔNICO E UTILIZAÇÃO DE INTERNET- CORREIO ELETRÔNICO

Ficam as Cooperativas autorizadas a instalar em suas dependências, exceto em banheiros, vestiários e alojamentos, aparelhos de monitoramento eletrônico (vídeo) e, quanto às “ferramentas” virtuais, tais como *internet* e *e-mail*, disponibilizadas aos empregados para a execução de suas atividades, estas somente deverão ser utilizadas para esta finalidade, ficando o acesso e envio de materiais alheios à atividade da Cooperativa caracterizado como incontinência de conduta e mau procedimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O controle e monitoramento serão permitidos às Cooperativas, não podendo ser alegada violação de correspondência, invasão de privacidade, intimidade ou assédio moral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ficam as Cooperativas obrigadas a comunicar a adoção do previsto nesta cláusula por escrito aos empregados.

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORNECIMENTO GRATUITO DE UNIFORME

A Cooperativa que exigir uniforme, deverá fornecê-lo gratuitamente a seus empregados. O uso do uniforme poderá ser regulamentado pelas Cooperativas quanto a restrições e conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AMAMENTAÇÃO

Fica garantido à empregada mãe, que goza do direito de amamentar seu bebê até os 6 (seis) meses de idade, nos termos do artigo 396 da CLT, a faculdade de acumular o tempo legal permitido (trinta minutos de manhã e trinta minutos à tarde) e utilizá-lo de uma só vez por dia.

PARÁGRAFO ÚNICO: A empregada deverá comunicar a Cooperativa, previamente e por escrito, caso opte por exercer o previsto nesta cláusula.

ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MANUTENÇÃO DO EMPREGO NO SERVIÇO MILITAR

Terá garantia de emprego ou salário, o empregado em idade de prestação de serviço militar obrigatório, desde o alistamento, devidamente comprovado perante a Cooperativa, até 30 (trinta) dias após seu retorno ao trabalho, desde que tenha se apresentado à Cooperativa até 10 (dez) dias após sua desincorporação, dispensa ou suspensão temporária da prestação do serviço militar.

ESTABILIDADE PORTADORES DOENÇA NÃO PROFISSIONAL

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GARANTIA DE EMPREGO/AUXÍLIO DOENÇA

O(a) empregado(a) sob auxílio doença previdenciário, terá garantia de emprego ou salário pelo prazo igual ao número de dias do afastamento, limitado a 45 (quarenta e cinco) dias após a alta médica previdenciária.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - GARANTIA PRÉ-APOSENTADORIA

Aos empregados que comprovadamente estiverem a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria, em seus prazos mínimos, terão assegurado, durante esse tempo, emprego ou salário, desde que tenham, no mínimo, 10 (dez) anos de serviço contínuo na mesma Cooperativa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não se aplica o previsto no caput desta cláusula nos casos de transferência da Cooperativa para outra cidade, estado ou encerramento de atividades, cessando a garantia supra ao completar o(a) empregado(a) o período aquisitivo em seus limites mínimos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para fazer jus à garantia aqui instituída, o(a) empregado(a) deverá comprovar junto à Cooperativa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a comunicação de dispensa. Caso não comprovado neste prazo, decai do direito.

ESTABILIDADE ABORTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - MANUTENÇÃO DO EMPREGO ABORTO NÃO

CRIMINOSO

A empregada que sofrer aborto não criminoso terá garantia de emprego ou salário por 30 (trinta) dias, contados da ocorrência do fato, mediante apresentação de atestado médico.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CURSOS - TREINAMENTOS – PALESTRAS

As participações em cursos, treinamentos e palestras promovidas ou patrocinadas pelas empresas ou pelas entidades classistas fora do expediente normal de trabalho, serão facultativas, todavia, o comparecimento do empregado não importará no cômputo e/ou pagamento de horas extraordinárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: As reuniões, nas quais o comparecimento do empregado seja obrigatório, deverão ser realizadas durante a jornada normal de trabalho e, se fora desse horário, mediante o pagamento de horas extras.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FALTAS AOS EMPREGADOS VESTIBULANDOS

A Cooperativa abonará as faltas dos empregados que estiverem fazendo o concurso denominado “vestibular”, desde que seja informada com 7 (sete) dias de antecedência, que haja coincidência do citado exame com horário de trabalho e que seja apresentado o respectivo comprovante de comparecimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – ESTÁGIO

Com vistas a possibilitar a conclusão de curso superior, as Empresas envidarão esforços no sentido de possibilitar o afastamento do trabalho do empregado, sem prejuízo da remuneração, para o atendimento de atividades curricularmente previstas que coincidam com o horário de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caberá ao empregado formular solicitação por escrito à Empresa, informando a quantidade de horas necessárias e dias em que isto se dará e a forma em que pretende repô-las, estas à razão de hora por hora, autorizando no referido documento, desconto na folha de salário e/ou termo de rescisão do contrato de trabalho quanto a eventual saldo remanescente de horas não repostas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica desde já estabelecida a possibilidade de desconto do saldo remanescente de horas utilizadas e não repostas, para o fim previsto no *caput* desta cláusula, em caso de rescisão do contrato de trabalho, independente se por iniciativa da empresa ou do empregado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTAS A MÃE, PAI OU RESPONSÁVEL LEGAL

Serão abonadas as faltas ao trabalho, limitadas em até 20 (vinte) durante a vigência desta Convenção, no caso de acompanhamento em consulta médica durante a jornada de trabalho, convalescença domiciliar (doenças infecto-contagiosas) ou internação hospitalar de filhos de até 14 (quatorze) anos de idade ou portadores de necessidades especiais, mediante comprovação por declaração médica.

PARÁGRAFO ÚNICO: O previsto no *caput* desta cláusula obedecerá a seguinte ordem preferencial:

] Em favor da mãe;

] Em favor do pai, na hipótese da mãe ser falecida, ou estar o(a) filho(a) sob sua guarda, determinada judicialmente;

] Em favor de terceiro, parente ou não da criança de até 14 (quatorze) anos de idade ou portadora de necessidades especiais, que judicialmente estiver sob sua guarda.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTAS POR FALECIMENTO

A Cooperativa abonará as faltas dos empregados em até 2 (dois) dias consecutivos nos casos de falecimento de sogro, sogra ou avós do(a) cônjuge, desde que comprovado o óbito através de atestado ou certidão, além das previstas no artigo 473 da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de falecimento de cunhado(a), genro ou nora, será abonado 1 (um) dia, desde que comprovado o óbito através de atestado ou certidão.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica estabelecido que o previsto no *caput* e parágrafo primeiro desta cláusula, será computado a partir e para o dia do sepultamento, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ABONO DE FALTAS AO TRABALHO PARA CONSULTAS MÉDICAS E ODONTOLÓGICAS

A Cooperativa abonará as horas necessárias às consultas médicas e odontológicas, obrigando-se o(a) empregado(a) a retornar ao trabalho logo após a consulta, devendo apresentar atestado ou declaração, onde conste horários de início e final da consulta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – ASSENTOS NO LOCAL DE TRABALHO

As Cooperativas manterão assentos para os empregados, em locais onde os mesmos possam ser utilizados durante as pausas que o serviço permitir.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO

Aos empregados que participam da comissão de negociação desta Convenção, conforme relação anexa, será garantido o emprego ou o salário, a contar da data de início de sua vigência até 28.11.18 (120 dias).

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica limitado o número de participantes para o próximo ano a 10 (dez) empregados e no máximo 1 (um) por Cooperativa.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

COMPENSAÇÃO DE JORNADA/BANCO DE HORAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO

Fica estabelecido que cooperativas e empregados podem ajustar contratos de trabalho, cuja a jornada normal seja inferior à prevista no art. 3º da Lei nº 12.790/13 (08h00min diárias e 44h00min semanais).

CLÁUSULA TRIGÉSSIMA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA/BANCO DE HORAS

Fica facultada a abertura dos estabelecimentos, sem limite de horário, de segunda a sábado, sendo que as Cooperativas que vierem a praticar o referido horário, deverão criar turnos de trabalho ou adotar sistema de compensação/banco de horas, respeitando as seguintes regras:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As horas trabalhadas além da jornada normal, para efeito de compensação (folga), ficam limitadas a 10 (dez) horas semanais e 40

(quarenta) horas mensais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As compensações (folgas) das horas previstas no parágrafo primeiro se darão de comum acordo entre empregado(a) e Cooperativa, à razão de hora por hora, em até 120 (cento e vinte) dias subseqüentes, iniciando-se a contagem na data do fechamento do respectivo cartão-ponto.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As horas que excederem os limites previstos no parágrafo primeiro deverão ser remuneradas como extras no mês em que foram realizadas e, as não compensadas dentro do prazo previsto no parágrafo segundo, deverão ser remuneradas como extras no mês do término do prazo previsto, respeitando-se os acréscimos legais.

PARÁGRAFO QUARTO: Na ocorrência de saldo de horas negativo pelo empregado, se excedidos os limites previstos nos parágrafos primeiro e segundo sem que haja a compensação, será descontado o respectivo saldo da folha de pagamento de salário do trabalhador, de forma simples, ou seja, o valor da hora normal.

PARÁGRAFO QUINTO: As Cooperativas que optarem pela prática do previsto nesta cláusula, independentemente do número de empregados contratados/envolvidos, se obrigam a:

- a) Manter controle de horário (livro-ponto, cartão-ponto manual, mecânico ou eletrônico), possibilitando a verificação das horas efetivamente trabalhadas e compensadas (folgadas), devendo fornecer aos empregados, extrato (espelho) destas horas;
- b) Fornecer lanche ou almoço gratuitamente, acompanhado de refrigerante, no caso de trabalho extraordinário, em período igual ou superior a 2h00 (duas horas);
- c) Respeitar os horários de empregados estudantes e de empregadas que possuam filhos em creches;

PARÁGRAFO SEXTO: Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, independentemente de quem tenha sido a iniciativa, o(a) empregado(a), se credor(a), receberá as horas excedentes sob a rubrica de horas extras e, se devedor(a), poderá ter descontadas as horas somente no caso de pedido sua demissão.

PARÁGRAFO SÉTIMO: As horas extras praticadas em domingos e/ou feriados não serão objeto de compensação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO TRABALHO EM DOMINGOS

Fica estabelecido que todas as Cooperativas terão plena liberdade de abrir seus estabelecimentos, sem limite de horário, aos domingos, exceto no domingo de Páscoa, desde que, em relação aos empregados, observem sistema onde estes trabalhem no máximo dois domingos consecutivos e folguem no terceiro. Nos domingos em que os empregados trabalharem em um período superior a 3 (três) horas, além do direito aos descansos semanais remunerados, farão jus à ajuda de custo para transporte, alimentação e creche, no valor de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) por domingo trabalhado no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os descansos semanais remunerados previstos no *caput* desta cláusula, deverão ser concedidos durante a semana antecedente ao domingo em que os empregados vierem a trabalhar.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A ajuda de custo a ser paga para cada domingo trabalhado, prevista no *caput* desta cláusula, tem natureza indenizatória, não gerando reflexos sobre demais parcelas, seja a que título for.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Especialmente, aos empregados do 3º turno, para os fins mencionados no *caput* desta cláusula, será considerado trabalho aos domingos, a jornada com início no sábado às 22:00h e término no domingo às 05:00h.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO TRABALHO EM FERIADOS

Fica estabelecido que todas as Cooperativas terão plena liberdade de abrir seus estabelecimentos, sem limite de horário, em feriados, exceto em relação ao Domingo de Páscoa, Dia de Natal (25/12), Dia de Ano Novo (1º de janeiro) e Dia do Trabalhador (1º de Maio). Nos feriados em que os empregados trabalharem, além do direito a 1 (um) dia de folga remunerada, farão jus à ajuda de custo para transporte, alimentação e creche, no valor de R\$ 63,00 (sessenta e três reais) por feriado trabalhado no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A folga remunerada prevista no *caput* desta cláusula, deverá ser concedida no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que se der o feriado trabalhado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A ajuda de custo a ser paga em cada feriado trabalhado, prevista no *caput* desta cláusula, tem natureza indenizatória, não gerando reflexos sobre demais parcelas, seja a que título for.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Exclusivamente para os empregados que trabalharem no 3º turno, as folgas correspondentes ao domingo de páscoa, dia do natal (25 de dezembro), dia do ano novo (1º de janeiro) e dia do trabalhador (1º de maio) serão

antecipadas para os dias imediatamente anteriores aos mesmos.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA- INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

Além do intervalo para repouso e alimentação previsto no artigo 71 da CLT, ficam as Cooperativas autorizadas, desde que por acordo escrito com a maioria de seus empregados, a conceder diariamente intervalo de 15 (quinze) minutos para descanso e alimentação, nos períodos matutino e vespertino, podendo este tempo ser acrescido ao final da jornada diária, sem que seja considerada hora extraordinária ou à disposição.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Cooperativa que não dispuser de cantina ou refeitório, destinará local para o lanche de seus empregados em condição de higiene, tendo sempre água gelada para consumo à disposição. Caso não disponha deste local, o(a) empregado(a) terá o direito de se ausentar da Cooperativa para o referido lanche e descanso, durante 15 (quinze) minutos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - FORNECIMENTO GRATUITO DE LANCHES

No caso de trabalho extraordinário, em período igual ou superior a 2 (duas) horas, o lanche será fornecido gratuitamente ao(à) empregado(a).

PARÁGRAFO ÚNICO: O eventual fornecimento gratuito, parcial ou total de lanche/alimentação, em quaisquer circunstâncias, não será considerado como salário *in natura* ou indireto para todos os efeitos, não gerando quaisquer direitos a reflexos.

FÉRIAS E LICENÇAS

DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONCESSÃO DE FÉRIAS

O início do gozo de férias não poderá coincidir com sábados, domingos e feriados. Poderão, no entanto, ter início no sábado, desde que não coincida com feriado e que esse dia seja o primeiro do mês.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Ao(À) empregado(a) que solicitar demissão após contar com 15 (quinze) dias ou mais de serviço, serão devidas as férias proporcionais.

RELAÇÕES SINDICAIS

SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA- SINDICALIZAÇÃO

As Cooperativas se comprometem a, no ato da admissão, apresentar ao(à) empregado(a), juntamente com os demais documentos, a ficha de proposta de sócio do Sindicato Laboral e a recolher as mensalidades e outros descontos por ele(a) devidos, conforme a cláusula 39 desta Convenção.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Na hipótese de ausência dos diretores licenciados do Sindicato Laboral, será liberado(a) um(a) diretor(a) da entidade, sem prejuízo de sua remuneração na Cooperativa, até 15 (quinze) dias ao ano. O Sindicato Laboral deverá encaminhar, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, a solicitação de liberação do diretor à respectiva Cooperativa.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTÊNCIAL

De acordo com o artigo 8º, incisos, II, III, IV e VI da Constituição Federal, a Convenção nº 95 da OIT, ratificada pelo Brasil, em seu artigo 8º, item 1, além do Verbete 363 do Comitê de Liberdade Sindical da OIT artigo 513 alínea “e” da CLT, Nota Técnica do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE nº 02/2018/GAB/SRT de 16/03/2018, além da Nota Técnica nº 01/2018 do MPT – Ministério Público do Trabalho Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical – CONALIS, e Enunciado nº 38 da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA além da Ementa do XIX Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Comissão 03, Ordem 18, e recentes homologações de CCTs em mediação coletiva tanto pela Presidência no TRT/12 como pelo TST (22/05/2018) PMPP nº 1000191-76.2018.5.00.0000, bem como, nos termos do TAC entabulado ente Sindicato Laboral e Ministério Público do Trabalho de Blumenau e também conforme decisão das Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 20/03/18 nas cidades de Pomerode e Rio dos Cedros, em 13/03/18 nas cidades de Doutor Pedrinho e Benedito Novo, em 07/03/18 nas cidades de Rodeio e Ascurra, em 06/03/18 na cidade de Apiúna, em 14/03/18 na cidade de Timbó, em 15/03/18 na cidade de Indaial, em 21/03/18 na cidade de Gaspar e em 28/03/18 na cidade de Blumenau, para a qual foi convocada toda categoria profissional, e tendo em vista que os benefícios conquistados são direitos de toda categoria por força constitucional da representação compulsória, estabeleceu-se a referida assembleia como

fonte de autorização prévia e expressa dos participantes da categoria conforme a Lei nº 13.467/17 e deliberando que as empresas se obrigam a descontar de cada integrante da categoria profissional beneficiado por este instrumento normativo, a título de contribuição assistencial em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Blumenau, os percentuais nos meses abaixo explicitados observados o limite para desconto de R\$ 50,00 (cinquenta reais), conforme segue:

A. Na remuneração da competência dos meses de julho, serão descontados 3% (três por cento).

B. Na remuneração da competência dos meses de novembro, serão descontados 3% (três por cento).

Parágrafo Primeiro: O recolhimento dessa contribuição pelas empresas deverá ser feito em conta corrente, mediante guia fornecida pelo Sindicato Laboral, devendo ser os valores descontados, serem recolhidos até o dia 10 do mês subsequente ao desconto.

Parágrafo Segundo: Conforme deliberação das assembleias acima citadas fica garantido o direito à oposição ao desconto previsto nesta cláusula, por parte do empregado não sindicalizado, nas assembleias ou por meio de manifestação pessoal perante o Sindicato Laboral, de próprio punho, sendo admitida a possibilidade de comparecimento por intermédio de familiar ou por procurador com poderes específicos para o exercício da oposição, com cópia contendo o competente protocolo expedido pela entidade laboral encaminhada pelo signatário à empresa.

Parágrafo Terceiro: O Sindicato Laboral, no prazo de até 10 dias após a assinatura deste instrumento, fará publicar comunicado em jornal de grande circulação, informando aos trabalhadores não sindicalizados acerca da possibilidade de manifestar oposição da cobrança da contribuição assistencial contida nesta cláusula, divulgando as formas, prazos, local e horário de recebimento destas manifestações.

Parágrafo Quarto: O prazo para manifestação da oposição referida será de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do comunicado mencionado no parágrafo anterior, e 30 dias prévio a cada cobrança.

Parágrafo Quinto: O Sindicato Laboral tomará as medidas necessárias para que o procedimento de manifestação do direito de oposição por parte dos não associados, respeitados o prazo definido nesse instrumento e as formas, local e horário especificados no comunicado acima referido, seja feito de forma rápida e organizada, sendo vedada qualquer forma de dificultar ou impedir o exercício do direito de oposição.

Parágrafo Sexto: As empresas que não efetuaram o desconto no mês de julho deverão fazê-lo na folha de setembro de 2018, sem qualquer penalidade.

Parágrafo Sétimo: Os associados estão dispensados do pagamento desta contribuição.

Parágrafo Oitavo: O Sindicato Laboral ficará responsável por eventuais reclamações e ônus que resultar do cumprimento desta cláusula.

Parágrafo Nono: A falta de recolhimento da contribuição ou o recolhimento fora do prazo acima estabelecido importará na cobrança de juros de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, bem como honorários advocatícios.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - FORNECIMENTO DE GUIAS

O Sindicato Laboral fornecerá guias específicas para recolhimento de mensalidades a seu favor, que será até o dia 15 (quinze) de cada mês; contribuição (imposto) sindical com data de recolhimento conforme legislação; contribuições assistenciais com data de recolhimento conforme parágrafo primeiro da cláusula 39, desta Convenção; e outros valores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas poderão solicitar as referidas guias por telefone, fax, *e-mail* ou pessoalmente na sede do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As Cooperativas deverão remeter ao Sindicato Laboral, comprovante dos recolhimentos e relação de empregados(as) contribuintes, em no máximo até 30 (trinta) dias após os respectivos recolhimentos.

DISPOSIÇÕES GERAIS

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA- CAMARA DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA

As partes signatárias renovam pelo período de dois anos a intenção de manter em funcionamento a Câmara de Conciliação Trabalhista – CONCILIA de Blumenau e Timbó, respeitado o inteiro teor do adendo à Convenção firmado para esse fim.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Sindicato Laboral se compromete em sempre orientar seus representados a buscar resolução de eventuais demandas através da CONCILIA.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - APLICAÇÃO

Fica estabelecido que a presente Convenção Coletiva de Trabalho se aplica a todas as Cooperativas existentes na jurisdição comum das partes convenentes e em relação aos empregados destas, que estejam lotados em atividades classificadas como de comércio, em conformidade com o CNAE – Código de Atividade Econômica do Ministério da Fazenda.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - PENALIDADES

No caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas neste instrumento, as Cooperativas pagarão multa correspondente a 10% (dez por cento) do maior Piso Salarial, por infração e por empregado(a) recolhida em favor deste(a). No caso de cláusula que favoreça o Sindicato laboral, a multa será de 10% (dez por cento) do maior Piso Salarial, por infração e por empregado, a ser recolhida em favor deste, salvo se houver penalidade específica na cláusula infringida.

Blumenau/SC, 24 de setembro de 2018.



LUIZ VILSON DE OLIVEIRA

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE BLUMENAU



LUIZ VICENTE SUZIM

Presidente

ORGANIZACAO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE STA CATARINA